

MEMÓRIA HISTÓRICA DE SÃO SEBASTIÃO (VI).

(*Continuação*).

NOVO SURTO DE PROGRESSO.

A aurora do século XVIII veio encontrar o litoral paulista inteiramente abatido e bastante diminuído em sua população.

Esse estado de coisas, como já vimos, continuou ainda nas primeiras décadas, pela investida e constantes ameaças dos piratas que percorriam a costa, levando o terror às populações da marinha.

De 1830 em diante, reinando a tranqüilidade, puderam os habitantes dessa região voltar ao trabalho, dedicando-se novamente à agricultura e ao comércio.

De tôda parte, porém, como anteriormente e como ainda hoje acontece, reclamava-se a abertura de caminhos para o interior da Província.

Eram representações coletivas, longos abaixo-assinados, officios das Câmaras, súplicas dos capitães-mores, tôdas elas dirigidas ao Governo, para que os auxiliasse nesse sentido, e prometendo fazer quanto possível, para facilitação do que necessário fôsse.

Uns lembravam o rumo das estradas, outros a conveniência ou não, desta ou daquela direção, a facilidade dêste ou daquele ponto, os estudos e exames que por sua própria conta haviam feito, percorrendo as florestas, abrindo longas picadas e demonstrando a conveniência dos lugares percorridos — tudo relatando em longas e minuciosas memórias.

Prometiam auxílios financeiros, ofereciam tudo de que podiam dispor: bens, escravos e dinheiro.

Houve mesmo um sargento-mor, Joaquim José de Oliveira, que se obrigara a abrir, ao sul da Província, por sua própria conta, uma longa estrada que partindo de Cananéia fôsse terminar no Potunã, uma vez que o governo reconhecesse as vantagens dêsse empreendimento.

Aos abaixo-assinados procedentes de Cananéia, sucediam-se ainda os de Iguape e Xiririca.

Do norte, o mesmo apêlo, a mesma insistência, para que se socorresse a região, concedendo-lhe a graça de uma estrada para o Planalto.

Fato interessante: a vila de São Sebastião que tudo fizera em prol da Capitania, enviando numerosos trabalhadores e concorrendo decisivamente para a abertura da estrada do Cubatão, em Santos, cujos trechos foram dirigidos em grande parte pelo próprio Capitão-mor, não possuía estrada que a ligasse à região de Serra Acima.

Mas os pedidos avolumavam-se tanto que o próprio govêrno imperial se viu forçado a interceder em benefício dos habitantes da marinha.

Alguma coisa, embora muito pouca, foi realizada.

Ao sul, limpavam-se os caminhos que, de Xiririca, seguiam para Apiaí e Itapetininga.

Na região pròpriamente litorânea, estabeleceram-se duas colônias e abriram-se pequenas estradas.

Para o norte, graças aos esforços dos habitantes, rasgaram-se as florestas, rumo ao Planalto.

Por sua vez, o padre Dória, em São Sebastião, não poupava sacrifícios em prol da população, com a abertura da estrada que lhe tomou o nome, ligando São Sebastião a São José do Paraitinga.

Por tôda parte redobram-se os esforços, rompendo-se a cadeia que os prendia à beira-mar.

E graças a isso, um dia iniciou-se o intercâmbio comercial entre a vila de São Sebastião e a região de Serra Acima.

Também Ubatuba era beneficiada com uma boa estrada que traspondo a serra, atingia o Planalto na direção de São Luís, daí seguindo diretamente para Taubaté.

Com a abertura dessas estradas, intensificou-se o comércio em tôdas as vilas do litoral, que inauguraram então uma nova éra de prosperidade.

Em São Sebastião, de par com o comércio cada vez maior, desenvolvia-se também a agricultura.

O volume global da exportação elevava-se gradativamente, tornando-se o seu pôrto, como o de Ubatuba, dos mais movimentados da Província, freqüentado não só por navios nacionais como estrangeiros.

No ano de 1827, destacavam-se entre outros produtos de exportação: café, 10.411 arrôbas; fumo, 1.104; açúcar, 1.463 arrôbas.

No ano seguinte, 18.612 arrôbas de café eram ali embarcadas, além de 2.293 de açúcar; 3.610 arrôbas de fumo; mais de 60.000 telhas; 30.600 peças de louças, tijolos, etc., sendo interessante o quadro sôbre as fábricas de fumo que aí por essa ocasião existiam.

tiam e que publicamos, a título de curiosidade, no fim do presente capítulo.

Em 1829 elevava-se ainda a exportação de café para 20.753 arrôbas, além do fumo, açúcar, louça de barro, com mais de 44.000 peças, 10 arrôbas de algodão, aguardente e até mesmo cebola, com 5 mil molhos.

Para que se possa ter uma pálida idéia do que foi a expansão comercial das mesmas vilas por essa ocasião, é bastante o confronto do que acabamos de expor com o movimento assinalado alguns anos depois.

Em 1854 possuía o município de São Sebastião nada menos de 106 fazendas de café, em que trabalhavam 2.185 escravos, produzindo nesse ano 86 mil arrôbas, no valor de 104:000\$000.

No ano de 1858 atingia a importação pelo mesmo pôrto, a mais de trezentos contos de réis, sendo 34:298\$800 de mercadorias nacionais e 293:145\$000 estrangeiras.

No período de 1870-1871 a exportação global era de 142:450\$262.

E é preciso notar-se o seguinte: não era o pôrto de São Sebastião o principal entreposto comercial do litoral norte, mas sim Ubatuba.

De sua importância falam melhor as estatísticas, sendo bastante uma comparação do movimento comercial entre os dois portos no ano de 1835-1836.

São Sebastião	valor da exportação	63:856\$425
Ubatuba	" " " "	533:035\$760

Nesse mesmo período (1835-1836) como já dissemos, enquanto pelo pôrto de São Sebastião saíam:

Café	80.121 arrôbas no valor de	168:398\$600
Fumo	3.832 " " " "	12:895\$900
Toucinho	136 " " " "	408\$000

pelo pôrto de Ubatuba exportavam-se:

Café	229.333 1/2 arrôbas no valor de	512:245\$500
Fumo	8.082 " " " "	19:396\$900
Toucinho ...	356 " " " "	1:139\$200

Além disso, muitos outros gêneros foram ainda embarcados, quer num, quer noutro pôrto.

*

Com êsses fatos pensamos ficar plenamente demonstrada a importância dos portos do litoral norte, cujas vilas, como dissemos, ressurgiam como que por um verdadeiro milagre.

Já não eram os vilarejos tristes e despresíveis de outros tempos, quando os brigues flibusteiros rondavam sinistramente pelos portos da Capitania.

Havia o bem-estar máximo proporcionado pela época: residências de requintado luxo e conforto, grêmios literários, clubes e escolas.

No dia do casamento, para formar o dote das filhas, puxavam-se as medidas de quarta e meio alqueire, que se enchiam de moedas de ouro e prata retiradas das grandes e pesadas canastras.

Ubatuba já não se contentava com a dependência dos barcos à vela para o transporte marítimo e adquiria um luxuoso “paquete” a vapor, armado em iate e dispondo de máquinas possantes.

Era um sucesso para os tempos de então! Os camarotes forrados de tapetes e velados por cortinas de damasco, diziam bem alto da riqueza dos ubatubenses.

Esse pequenino barco de pouco mais de 100 toneladas, — pequeno nas veloz — recebeu o nome de “Ana Clara” e prestou inestimáveis serviços, não só nessa época, como ainda em nossos tempos.

Recebendo uma série sucessiva de nomes, passou a chamar-se “Araruama” nos primeiros tempos da República e depois de diversas fases e reformas, tornou-se conhecidíssimo nos últimos anos, quando sob o nome de “Garcia”, semanal e regularmente visitava todos os portos do litoral paulista, até que, após uma vida longa e gloriosa desapareceu para sempre sob a denominação de “Urano” e pouco antes — “Angra dos Reis”.

Voltemos, porém, ao ressurgimento do litoral.

Já em seu *Relatório* apresentado no ano de 1915, dizia o dr. João Pedro Cardoso, antigo chefe da extinta Comissão Geológica e Geográfica do Estado:

“Antes de haver a estrada de ferro para Santos, e de construir-se a São Paulo e Rio de Janeiro, hoje Central do Brazil, o porto de Ubatuba representava um papel saliente no commercio da antiga provincia; era elle talvez o maior centro exportador de café, e por onde faziamos a importação, não só para a chamada zona do Norte como também para uma parte do Sul de Minas.

“Ainda encontramos as ruinas de grandes armazens que serviam de deposito de mercadorias, na encosta da Prainha, onde o mar vae aos poucos fazendo ruir os molhes e os caes de atracação, de relativa importancia, que mostram a intensidade do commercio que ahi fizeram”.

E’ sabido que o chamado “Norte de São Paulo” constituiu por largos anos a principal zona cafeeira do Estado.

Tôda a produção não só dessa região, como de grande parte do sul de Minas, era canalizada diretamente para Ubatuba, que se tornou de fato um dos maiores centros exportadores de café.

Daí a necessidade da construção de uma estrada de ferro que o ligasse ao Planalto.

Em 29 de agosto de 1874, por isso mesmo, celebrava o governo da Província a assinatura de um contrato com Sebastião Gomes Belford e Charles Bernard, para a construção de uma estrada de ferro econômica de tração animada, entre o pôrto de Ubatuba e a cidade de Guaratinguetá, com um ramal para Pindamonhangaba.

E acompanhando com interêsse o desenvolvimento da zona litorânea, era o próprio governo provincial que, a 13 de junho de 1892, autorizava por lei, a abertura de concorrência pública para a construção de uma estrada de ferro do pôrto de São Sebastião às raias do Estado de Minas.

No ano seguinte, de 1893, por decreto de 28 de julho, era aberto um crédito especial de 27:000\$000, no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, para ocorrer ao pagamento das despesas com os trabalhos de reconhecimento e exploração dessa mesma estrada.

Não se esqueciam ainda os poderes públicos de verificar a mesma necessidade para o litoral sul da Província, como se vê da lei de 9 de junho de 1892, que autorizou o governo a mandar abrir concurso para a construção também de uma outra via férrea, que partindo do pôrto de Cananéia devia terminar junto às margens do rio Paranapanema.

Pelo Decreto 10.150, de 5 de janeiro de 1889, concedia o governo imperial ao dr. Francisco de Moura Escobar e Eugênio Marcondes Varela, privilégio por 60 anos para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro na Província de São Paulo, entre Taubaté e Ubatuba, passando por São Luís do Paraitinga, para o que deviam organizar uma Companhia de acôrdo com as leis em vigor.

Além de outros favores, era garantido à mesma o juro anual de 6% durante 30 anos, sôbre o máximo capital correspondente a 30:000\$000 por quilômetro.

Aprovados por Decreto n.º 332 de 12 de abril de 1890 os estudos definitivos, foi prorrogado até 31 de dezembro de 1891 pelo mesmo ato o prazo fixado para comêço dos trabalhos da construção.

Organizada a Companhia Estrada de Ferro Norte de São Paulo, concessionária da referida obra, já o Relatório do Ministério da Agricultura, de 1892, declarava:

Extensão de construção	151,714km
Ramal de São Luís	14,500km
	<hr/>
Total	166,214km

Declarava mais:

“O leito acha-se preparado para receber trilhos na extensão de 16k, 500m, sendo 9k, 900m do lado de Taubaté e 6k, 600m, no de Ubatuba.

O ponto terminal em Ubatuba foi mudado para a Ponta Grossa, que fica a 2 kilometros alem do local primitivo, em consequencia das más condições do porto daquelle e boas vantagens do deste”.

Entusiásticamente, continuaram os trabalhos da via férrea, não só nesse ano como no seguinte, achando-se já grande parte da linha concluída e pronta para ser entregue ao tráfego, quando a sublevação da Armada e consequente guerra civil veio interrompê-los.

Logo depois, motivos econômicos, dificuldades várias, levaram enfim a Companhia ao estado de falência, com prejuízos totais, arrastando com isso várias fortunas e economias dos mais abastados ubatubenses.

E como se tais fatos não fôsem bastante para levar a desilusão ao seio dos habitantes dessa região, outros mais fortes ainda conduziram-nos ao desalento e ao desespêro.

A “São Paulo-Rio de Janeiro”, mais tarde Central do Brasil, inaugurada em 10 de julho de 1877, começava a arrebancar as produções da zona norte, encaminhando-as para São Paulo e portanto desviando-as dos portos de Ubatuba e São Sebastião.

Colocadas em situação difícil, as cidades da marinha ressentiram-se imediatamente dos resultados, pela falta absoluta de mercadorias para embarque. E consequentemente, o êxodo das populações, a retirada dos navios dos mesmos portos, onde não mais encontravam a costumada carga, a pobreza geral dos seus habitantes, diminuição da lavoura e do comércio, que nunca mais conheceram dias de esplendor.

Para o sul, a mesma causa, produzia consequências idênticas.

Iniciando-se os trabalhos de construção da Sorocabana a 13 de junho de 1872, a 10 de julho de 1875 era inaugurado o primeiro trecho dessa via férrea, entre São Paulo e Sorocaba. E porque retardasse ainda o seu prosseguimento, — puderam as vilas da região desfrutar por mais algum tempo o favor de que gozavam como centros de exportação.

Entretanto, pouco durou essa esperança, empalidecendo-se-lhes a mesma estrêla, desde o instante em que, atingindo Itapetininga e Itararé, desviava a Sorocabana as produções não só das vilas da marinha, como das cidades de Apiaí, Faxina e Paranapanema.

Para as mesmas causas, os mesmos efeitos.

Desde então o litoral paulista permaneceu vegetando na doce ilusão das promessas jamais realizadas.

E hoje, vivendo de esperanças, vai recordando os dias de prosperidade, sob a magnificência do cenário com que a Natureza o dotou, sonhando com os seus sacrosantos monumentos — elos prendendo-o ao passado, — revivendo as tradições que lhe restam, contemplando as ruínas dos seus palácios legendários, escrínios da arte colonial, que conservam recordações de outras éras, lendas que o Tempo, até então, não conseguiu extinguir.

E se em Ubatuba, o velho “Atheneu” ainda há bem pouco tempo despertava em nosso espírito a lembrança das aulas de latim, de música e francês; se os horários pendentes das paredes, nos salões silenciosos, atestavam a importância do sodalício, onde se enfileiravam cinco mil volumes; se o antigo prelo tipográfico, hoje abandonado, acorda em nossa memória a quebra do silêncio n'as noites que se foram, — em São Sebastião, o mesmo fato se evidencia, avivando-nos na lembrança de todos a excelência do seu “Grêmio Literário”, das escolas noturnas que mantinha, dos monumentos que ainda restam como atestados vivos de um passado florido.

E hoje, excetuadas Santos e São Vicente, — ali, como nas demais cidades litorâneas, cada ruína guarda uma história, cada recanto encerra um poema.

*
* *
*

SARGENTOS-MORES.

1.º). — *Manuel Gomes Marzagão*. — Os mais antigos documentos do Arquivo de São Paulo que conseguimos estudar, referentes às Companhias de Ordenança da Vila de São Sebastião, datam do ano de 1721, quando fomos encontrar um ofício do Sargento-mor Manuel Gomes Marzagão (doc. n. 2, maço 23), pedindo para ser confirmado no referido posto, que aliás, vinha exercendo há alguns anos. Não encontramos qualquer outro esclarecimento a respeito, mesmo porque os papéis anteriores a essa data, deviam ter sido conservados no Arquivo Nacional ou no Arquivo de Minas, uma vez que os Governadores da Capitania de São Paulo haviam preferido residir em Vila Rica, no período compreendido entre 1709 e 1721.

A verdade porém, é que, como Sargento-mor das Ordenanças da Vila, permaneceu êle até o ano de 1727, quando foi substituído por João Nunes de Freitas, também oficial das Ordenanças de São Sebastião.

2.º). — *João Nunes de Freitas*. — Por Carta Patente de 16 de fevereiro de 1727, é promovido ao posto de “Sargento-mor da Vi-

la de São Sebastião e seu distrito”, em substituição ao antecedente, indo sua gestão até o ano de 1733.

Diz o genealogista Silva Leme, ter sido casado com d. Catarina Pedroso de Moraes, tendo os seguintes filhos: José Floriano de Azevedo, Domingos Lopes de Azevedo, Manuel de Jesus Azevedo e Maria Lopes. Em um mapa de população daquela vila, entretanto, consta ser casado com d. Ana Nunes de Freitas, talvez em segundas núpcias.

Por seu falecimento, foi substituído naquele posto pelo Capitão da Infantaria das Ordenanças, Manuel Alves de Moraes.

3.º). — *Manuel Alves de Moraes*. — Pertencia a uma das mais importantes famílias de São Sebastião, servindo nas Ordenanças desde o ano de 1721.

Promovido ao posto de “Sargento-mor da vila e da Ilha de São Sebastião, na vaga de João Nunes de Freitas”, por Patente de 22 de maio de 1733, tomou posse no dia 4 de junho do mesmo ano. Era casado com Helena Maria, natural da vila de Ubatuba.

Ocupou o posto até o ano de 1739, quando foi promovido a Coronel das Ordenanças das vilas de São Sebastião e Ubatuba.

4.º). — *Julião de Moura Negrão*. — Capitão da Infantaria das Ordenanças de São Sebastião, é promovido ao posto de “Sargento-mor das vilas de São Sebastião e Ubatuba”, por Carta Patente de 27 de março de 1739, como consta do Livro de Registro de Patentes, sob n. 9, fôlhas 96.

Pertencia à nobreza da vila, sendo homem de grandes recursos.

Não encontramos documento algum que nos conduzisse à certeza do período em que exerceu tais funções, sendo obscura tôda a documentação sôbre a maioria dos fatos ocorridos em São Paulo, no período compreendido entre os anos de 1748 e 1765, quando, tendo sido suprimida a Capitania e anexada à do Rio de Janeiro, para lá foi a Secretaria do Govêrno, até ser a Capitania restaurada, o que se deu em 1765, quando aqui chegou d. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, como Governador da mesma, o qual, quase nada encontrou do Arquivo, porque os velhos livros de registros e papéis de exercícios findos, haviam ficado por aí alhures, enquanto que tudo que se referia a negócios em andamento, havia sido remetido ao governador da Praça de Santos ou ao Vice-Rei, no Rio de Janeiro. Assim, dêsse longo período de 1748-1765 falham os nossos documentos, motivo pelo qual não conseguimos descobrir, não só o tempo em que Julião de Moura Negrão permaneceu no referido cargo, como ainda a data de sua promoção a Capitão-mor, sabendo apenas que do ano de 1765 em diante, quando foi restaurada a Capitania de São Paulo, já subscrevia os ofícios dirigidos ao Govêrno, como “Capitão-mor” daquela vila.

A verdade, pois, é que exerceu o posto de sargento-mor durante alguns anos, até ser promovido ao posto imediatamente superior, que teria sido antes do ano de 1765. Como Sargento-mor foi substituído por Manuel Dias Barbosa, cuja promoção sòmente nos foi revelada pela patente de Clemente Paes Pereira.

5.º). — *Manuel Dias Barbosa*. — Teria sido elevado ao posto de Sargento-mor na mesma data em que o seu antecessor passou ao de Capitão-mor.

Dos livros que consultamos, apenas consta sua promoção aos postos de Tenente, em 2 de setembro de 1743, e Capitão, a 26 de março de 1745.

Era casado com d. Inácia Gomes de Moraes, tendo, além de uma filha casada, mais os seguintes filhos: José, o mais velho, de 13 anos, Manuel, Maria, Francisca, Josefa, Antônio e Francisco de 4 anos apenas.

6.º). — *Clemente Paes Pereira*. — Foi a Patente dêste Sargento-mor passada a 22 de fevereiro de 1768 e registrada no livro 17, fôlhas 171, que nos revelou o nome do seu antecessor, quando diz:

“por baixa que teve Manoel Dias Barboza, que o exercia”.

Sòmente assim ficamos sabendo ter sido o mesmo promovido à aquêle posto, naturalmente na ocasião em que Julião de Moura Negrão passou a exercer o de Capitão-mor.

Clemente Paes Pereira era natural de Oeiras e mestre em artes, casado em primeiras núpcias com d. Rosa Escolástica do Amaral, e em segundas com d. Josefa Luzia de Freitas, de cujo matrimônio descobrimos uma filha de nome Emerenciana e os filhos Manuel José Pereira e Manuel Jerônimo Leite. Faleceu no ano de 1778.

7.º). — *Manuel Corrêa de Mesquita*. — A vaga verificada por falecimento de Clemente Paes Pereira, foi preenchida por Manuel Corrêa de Mesquita, nomeado Sargento-mor por Patente de 11 de outubro de 1782. Não encontramos nenhuma patente anterior, parecendo mesmo que o referido Sargento-mor não chegou a exercer qualquer outro posto nas Ordenanças, quer da vila de São Sebastião, quer de qualquer outra vila da Capitania.

Nomeado Sargento-mor em substituição a Manuel Corrêa de Mesquita, não se preocupou em requerer confirmação de sua patente durante 22 anos, motivo pelo qual foi destituído do cargo no ano de 1804, tornando a ser indicado pela Câmara da Vila, para exercê-lo novamente. Assim, foi pela segunda vez provido no posto de Sargento-mor, em 17 de janeiro de 1804, requerendo, então, a necessária “confirmação”, que lhe foi passada a 14 de dezembro do

mesmo ano. Exerceu o cargo durante muitos anos, sendo depois promovido ao posto de Capitão-mor da mesma vila. Era casado com d. Ziolinda Ribeiro e no ano de 1780 tinha 2 filhos, Manuel de 12 anos e Ana, de um.

8.º). — *Bento Francisco Vaz de Carvalhaes*. — Foi promovido ao posto de Sargento-mor, por Patente de 31 de outubro de 1809, em substituição a Manuel Corrêa de Mesquita, que foi promovido a Capitão-mor das mesmas Ordenanças. Foi reformado por decreto imperial de 9 de julho de 1827, no posto de Capitão-mor, transmitindo o comando ao Capitão João Corrêa Marzagão, a 13 de agosto de 1827, porém, a 14 de setembro, por ordem do governo, transfere-o ao Capitão mais antigo, que era Alexandre Pacheco Soares, o qual ainda em princípios do ano de 1828 assinava os mapas de população como capitão-mor “interino”.

Com o sargento-mor Bento Francisco Vaz de Carvalhaes encerra-se a relação dos mesmos pela extinção das Ordenanças.

*
* *
*

VIGÁRIOS SEBASTIANENSES.

Como dissemos em capítulo anterior, grande foi a influência religiosa no espírito da população local, cujos vultos mais importantes, habitualmente destinavam um de seus filhos à carreira eclesiástica.

Impossível nos foi ordenar uma relação completa, dada a escassez de documentos, valendo-nos quase que exclusivamente dos mapas de população da Vila.

Dos que pudemos coligir e estudar, organizamos a seguinte lista:

Padre Manuel Gomes Marzagão. — Foi o primeiro vigário colado, cujo nome está ligado ao da história de Vila Bela, de que foi fundador. Segundo Pedro Taques, era irmão do Padre Diogo Luís Pereira, primeiro vigário colado de Taubaté. Não encontramos outras referências a seu respeito, sabendo apenas ter pertencido a uma das mais conceituadas famílias da localidade, cujos membros ocuparam elevados cargos na administração local.

A êle se deve, como ficou dito, a fundação de Vila Bela da Princesa, onde, em fins do século XVIII erigiu sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso, a primeira capela, para ali atraindo outros moradores.

Padre Domingos da Costa Ribeiro. — Natural de São Sebastião, foi dos mais antigos vigários da vila, sendo seus pais, Domingos da Costa Ribeiro e d. Francisca Carassa.

No ano de 1777 contava 82 anos de idade, o que leva a crer ter nascido em 1695, não havendo outras referências sôbre sua vida a não ser que houvesse ocupado o cargo de vigário colado. Nessa época, porém era “totalmente inábil”.

Padre Manuel de Mesquita. — Era muito dedicado à agricultura. Possuía engenhos de açúcar e mais de 70 escravos.

Filho do capitão-mor Manuel Corrêa de Mesquita e sua mulher d. Teolinda Ribeiro de Escobar, teve uma única irmã, d. Ana Luisa de Mesquita, que se casou com o capitão-mor João José da Silva Costa.

Nasceu no ano de 1767. Sua fazenda em 1813 produziu 500 arrôbas de açúcar, 5 pipas de aguardente, 400 alqueires de farinha, 100 de arroz e 40 de feijão.

Padre Mestre João Amaro da Silva. — Por carta Régia de d. Maria I foi provido no cargo de professor de Gramática Latina, da mesma Vila, em 7 de setembro de 1798, que ocupou por vários anos. Batizou-se no dia 28 de agosto de 1757. Era filho legítimo de Sebastião Homem de Oliveira e d. Ana Leite da Silva, tendo-se ordenado no ano de 1782.

Padre Manuel de Moura Negrão. — Filho do 1.º capitão-mor de Vila Bela, Julião de Moura Negrão.

Era irmão de d. Ana Gertrudes, capitão Julião de Moura, d. Zelinda Gomes, Zacarias, Rosa, Tobias, Eloi de Moraes, Maria Leite, Fábio Moraes, Antônio Gomes e Francisco José.

Foi vigário da Vila e agricultor, possuindo engenhos de açúcar e numerosos escravos.

Padre Davi da Graça Silva. — Filho do alferes José da Silva Veiga e d. Maria Garcia de Nazaré, esta natural da vila de São Sebastião.

Tinha vários irmãos, entre os quais, que descobrimos, Manuel Joaquim, José, Paula, Maria, Catarina, Luís, Ana, Antônia e Aguida.

Serviu como vigário de Vila Bela no ano de 1806. Possuía engenhos de açúcar e muitos escravos. Em 1809 foi colado na Capela de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso com a cônica anual de 100\$000.

Padre Sebastião Alves de Oliveira Cruz. — Filho do capitão Amaro Alves da Cruz e sua mulher d. Maria Barbosa.

Nasceu no ano de 1782 e ocupou vários cargos de eleição.

Foi Juiz Ordinário, professor e padre mestre, em substituição ao padre Amaro, falecendo com avançada idade. Teve diversos irmãos, entre os quais João, Manuel, Maria, Ana e Antônia.

Padre Manuel Faria Dória. — Também esforçado sebastianense como os seus antecessores, era filho legítimo do Capitão Amaro Alves da Silva e de d. Maria Barbosa do Amaral.

Nasceu a 24 de novembro de 1791, ordenando-se no ano de 1816.

Desempenhou vários cargos de eleição em sua terra natal, servindo-a com verdadeira abnegação por longos anos.

Por sua iniciativa foi aberta no ano de 1832 a estrada que de São José do Paraitinga [hoje Salesópolis] se dirigia para São Sebastião, e que ficou paralisada desde sua morte.

Como disse um escritor, o padre Dória era cioso do progresso de sua terra e político de real valor.

A estrada, que tomou seu nome, galgava a Serra do Mar, mesmo em frente à cidade e ia ter à freguesia de São José do Paraitinga.

Sua obstrução em 1842 foi ordenada por seu antagonista, o padre Pinto, que

“como pretexto para tão impatriótico commettimento, allegou que Raphael Tobias poderia com suas tropas invadir a cidade...”.

O padre Manuel de Faria Dória faleceu no dia 21 de abril de 1842, e

“o partido contrario, que em vida não conseguira embaraçar-lhe o prestimo e offuscar-lhe o merito, aproveitou-se para inutilisar a estrada tão custosamente rasgada no âmago dessa Serrania, uma vez que circumstancias os favoreciam não só com a morte inesperada desse batalhador emerito como tambem por já se achar ella vedada ao transito como medida de precaução ao levante de 1842, por ser de mais facil accesso”.

“Depois de sua morte, seus adversarios não mais consentiram que applicassem verba alguma em beneficio da mesma, porquanto se oppunham interesses particulares” (9).

O padre Dória foi deputado Provincial Constituinte do Partido Liberal e amigo íntimo do padre Feijó.

Padre José Antônio Pinto. — Filho legítimo de Manuel Pinto Rozado e d. Maria Madalena do Destêrro. Sebastianense ilustre e político de grande prestígio e chefe do Partido Conservador.

Exerceu vários cargos de eleição.

Padre José Faustino Bravo. — Nasceu na mesma Vila, no ano de 1773.

(9). — “A estrada de Rodagem”, Ano 1.º, n.º 7, 1921.

Sebastianense ilustre, também ocupou vários cargos de importância, como os de Juiz de Fora pela Lei, mestre de Gramática Latina, Juiz Ordinário e outros.

Era filho de Domingos da Costa Ribeiro e d. Margarida Rosa da Luz, filha do alferes Diogo José Bravo e d. Teresa Maria.

Do consórcio de D. Margarida com Domingos Ribeiro, houve muitos filhos, sendo o padre Faustino um dos mais velhos. Eram seus irmãos: Domingos, Inácio, José, Maria, Ana, Gertrudes, Joaquina e Matilde.

Padre Domingos Moreira do Espírito Santo. — Nasceu no ano de 1795.

Serviu o cargo de Juiz de Paz da Vila de São Sebastião logo após a Independência. Era filho legítimo de Antônio Moreira de Oliveira e d. Senhorinha Maria da Conceição.

Padre João Nepomuceno. — Natural de São Sebastião, onde nasceu no ano de 1789. Era filho do escrivão da Câmara e Tabelião do Público Judicial, João Nepomuceno e sua mulher d. Rosa Maria de Jesus.

Teve vários irmãos, entre os quais que descobrimos, os de nomes José, Maria, Ana, Francisca e Rosa.

Padre Manuel Lourenço de Freitas. — Nascido no ano de 1795, era filho do sargento-mor Antônio Lourenço de Freitas e sua mulher d. Antônia Pinheira, — irmão de d. Ana Josefa, que morava em sua companhia; Maria, Gertrudes, Rita e Inês.

Padre Bento José de Escobar. — Nasceu em 1795. Era filho do tenente Francisco Ribeiro de Escobar e irmão de Antônio R. de Escobar, milicianos, e de dd. Maria, Angélica, Rita e Francisca de Escobar.

Padre Manuel Joaquim de Escobar. — Como o precedente, descendia da importante família Escobar, tendo nascido na mesma vila, mais ou menos em 1776, conforme se verifica dos respectivos mapas da população.

Além desses, outros ainda tiveram por berço a histórica vila de São Sebastião.

Padre Manuel Eloi de Mesquita. — Nascido no ano de 1794 e descendente da importante família do capitão-mor Manuel Corrêa de Mesquita; Manuel Francisco da Porciúncula, filho do fazendeiro José Esteves da Porciúncula e sua mulher d. Rosália Maria, em cuja companhia morava no ano de 1829, quando esse casal contava já 73 e 75 anos de idade, respectivamente, e êle, apenas 40 anos, tendo nascido, portanto, em 1789.

Padre Joaquim de Santa Ana Mota. — Era filho legítimo de João da Mota Moreira e de d. Luisa Mariana da Mota. Nasceu a 23 de maio de 1780. Ordenou-se no ano de 1804. Foi vigário de Atibaia em 1824.

Padre Justiniano Ferreira. — Não encontramos referências que lhe digam respeito, sabendo entretanto haver prestado serviços à sua terra natal, onde ministrou o sacerdócio por alguns anos.

Padre Manuel Francisco da Porciúncula. — Natural de São Sebastião, era filho do grande agricultor João Esteves da Porciúncula e de d. Rosária Maria. Aquêlê da mesma vila; esta natural de Santos.

Nasceu no ano de 1790 e exerceu o sacerdócio em sua terra natal, no ano de 1830.

Padre Manuel Francisco de Paula Negrão. — No livro de “Registro das Relações enviadas pelos professôres Régios na forma da Lei de 6 de novembro de 1772”, encontramos o seu nome com a anotação seguinte, sendo aluno matriculado na aula de Filosofia Natural que principiou no mês de fevereiro de 1800.

Padre Manuel Francisco de Paula Negrão.

de Ordens de Presbítero, natural da villa de São Seb.am, 26 annos de idade, andou pouco tempo no estudo e não teve adiantamento algum”.

Matias José Leite. — No ano de 1801 encontramô-lo cursando as aulas de Aula Régia de Gramática Latina da Vila de Santos, com muito aproveitamento esperando-se que,

“em poucos mezes, com applicação, ficaria sufficiente para seguir para seguir as aulas Superiores”.

Era filho de Marcos Antônio Barreto.

*

No ano de 1801, cursavam as aulas de Gramática Latina, existente na vila de São Sebastião os seguintes alunos:

4.º ano.

Antônio Manuel, filho legítimo de Antônio Corrêa e de d. Ana Francisca Garcês,

“com boa conducta, findo o qual entrou em pertencões de entrar na Religião Franciscana, e não mais tornou á ella”.

Sebastião Alz'da Cruz,

“com louvavel conducta e suas literarias applicações e fez progressos”.

Manuel Corrêa Marzagão, filho legítimo de José Corrêa de Oliveira e de d. Ana Francisca da Cruz.

“Procedimento louvavel, porém poucos progressos”.

3.º ano.

Joaquim Manuel, filho legítimo de José Francisco de Moura e d. Rita Maria dos Santos. Não continuou, apesar de suas aptidões.

2.º ano.

João Batista da Silva, filho legítimo de João Antônio Bernardes e d. Rosa Maria. Boa applicação.

1.º ano.

Eram estudantes do 1.º ano: Vitorino dos Santos, de Paratí; José Elias, natural da cidade de São Paulo (ordenou-se); Domingos de Carvalho, Bento José Labre e Firmo Rubim César, êstes últimos naturais de São Sebastião.

Outros talvez ainda existam, cujos nomes nos tenham escapado.

Nem por isso, entretanto, deixa de ser notável a relação que aí deixamos, o que prova exuberantemente a importância do desenvolvimento religioso daquela época no espírito da população da legendária vila do litoral paulista.

* * *

CAPITÃES-MORES.

Como se sabe, quando qualquer povoação era erecta em vila, immediatamente proviam-se os cargos de justiça, destacando-se entre êles o de capitão-mor, a primeira autoridade local.

Assim sendo, como vimos quando tratamos de Vila Bela, era natural que ao ser o povoado de São Sebastião elevado à categoria superior, isto é, em vila, *ipso facto*, também teriam sido êles nomeadas na mesma ocasião. Percorrendo os livros de Registros de Patentes, de 1721 a 1827, não conseguimos os nomes dos primeiros capitães-mores, anteriores ao ano de 1765, quando aparece o de Julião de Moura Negrão, como occupante do referido posto, o que leva a crer ter sido êle o primeiro nomeado.

Por maiores que fôssem os nossos esforços, percorrendo todos os livros de Patentes existentes no Arquivo, podemos afirmar que dêles não consta o registro do mesmo.

Mais felizes não fomos ainda, revendo todos os papéis coloniais, recolhidos aos Maços referentes à vila de São Sebastião e contendo a correspondência oficial das autoridades locais aos governadores da Capitania. Pois mesmo aí não existe um só documento assinado por pessoa alguma que se intitule *Capitão-mor*.

Dos numerosos manuscritos que cuidadosamente examinamos, os mais antigos datam de 1721, e são assinados pelo Sargento-mor Manuel Gomes Marzagão, cuja patente também não encontramos. Entretanto, de fato ocuparia êle êsse posto, porque em ofício dirigido ao Governador, dizia:

“Enselentissimo meu Senhor: Em huma que Vossa enselencia escreveu aos senhores officiais da Camera do Cenado desta vimos sua Magestade que d.s g.e ser servido a ne char (annexar) esta villa a Capitania dessa cidade donde devemos de oge em diante dar Contas de todo sosedido nela e como vejo ser necessaria dar parte a vosa enselencia, do preparo desta vila ofaso; foram os senhores governadores passados da cidade do riu de janero servidos em me ocuparem no posto de sargento-mór da ordenansa desta vila, com quatro cappitoens da ordenansa para a de feusa desta vila e de presente inda estou servindo por confirmasam do enselentissimo senhor Aires Saldanha de Alborquerqe.

E como me parese não terem já vigor as patentes que o dito senhor foi servido pasar aviso a vosa enselencia para dispor o que for servido.

Eu fico sempre esperando ocasiois que se me oferesa dos servisos de vosa enselencia para em tudo oveder como devo e noso Senhor lhe prospere a vida por largos anos para lhe fazer muitos servisos e a mi fabores. Que deus g.e oje 18 de outubro 1721 anos umilde sudio de vosa enselencia.

M.l Gomes Marzagão.

Villa de Sam Sebastiam”.

Os quatro capitães a que se referia eram: Diogo de Escobar Ortiz, Paulo Gomes de Sá, Salvador Afonso de Medeiros Prêto e Luís Nunes de Freitas.

Como se percebe, nessa ocasião achava-se vago o posto de capitão-mor, estando o sargento-mor como Comandante das Ordenanças.

E’ de se presumir a continuação dêsse estado de coisas ainda por algum tempo, porque a 3 de dezembro de 1722 dirigia-se o capitão Salvador Prêto ao governador da Capitania, dizendo que tendo conhecimento de haver a Câmara

“por temor do Sargento-mór Marzagão ou de seu filho Thomé Gomes, sem lhe ouvirem, fallado sobre o pre-

enchimento do posto de Capitão-mór, não sabendo si teriam ou não enviado alguma proposta nesse sentido”,

lembrava a S. Exa. que, nesse caso, enviava uma proposta com o nome de três officiaes, todos êles bons republicanos e merecedores de serem promovidos ao dito cargo, sendo em primeiro lugar Diogo Francisco de Brito; em segundo, Pedro Dias Rapozo e o Capitão Diogo de Escobar Ortiz, em terceiro (10).

No ano de 1723 e seguintes, todos os papéis que verificamos vêm assinados pelo Sargento-mor, o que quer dizer que a vacância do posto de Capitão-mor continuava ainda.

O Sargento-mor Marzagão em 28 de outubro de 1727 foi substituído no mesmo posto por João Nunes de Freitas, que por sua vez foi sucedido em 20 de maio de 1733 por Manuel Alves de Moraes, como se vê do Livro 5 de Patentes e Provisões (pág. 108).

1.º). — *Julião de Moura Negrão*. — Em 27 de março de 1739 era c capitão Julião de Moura Negrão promovido ao posto de sargento-mor das vilas de *São Sebastião* e *Ubatuba*, enquanto que o seu antecessor, que o era sòmente de *São Sebastião*, havia sido promovido a Coronel Comandante das mesmas Ordenanças.

Como já dissemos, não conseguimos encontrar título algum promovendo Julião de Moura Negrão ao posto de Capitão-mor.

Percorrendo os mapas da população da vila de *São Sebastião*, verificamos a mesma lacuna até o ano de 1764.

Sòmente no ano seguinte de 1765 e daí em diante, é que passa Moura Negrão a assinar com o título de Capitão-mor, o que leva a acreditarmos ter sido elevado ao referido posto no decurso do ano anterior, isto é, de 1764, sendo portanto, o primeiro a occupá-lo, indo o seu comando até 1808, quando se reformou.

Julião de Moura Negrão era filho do coronel Salvador Ferreira de Moraes, natural do Rio de Janeiro, e de d. Maria Gomes da Costa, sendo casado com d. Inês de Oliveira Leite, filha de João Leite da Silva Sodré e de d. Beatriz da Silva.

Dêsse consórcio cita-nos o genealogista Silva Leme apenas três filhos: Inácia Gomes de Moraes, que se casara com o Sargento-mor Manuel Dias Barbosa; Maria Pinheiro de Oliveira, casada com o capitão Francisco Aranha Barreto, e o tenente Julião de Moura Negrão, primeiro capitão-mor de Vila Bela.

Percorrendo os mapas de população da vila, assinados pelo próprio Capitão-mor, encontramos ainda os seguintes filhos no ano de 1765: José Francisco, com 23 anos; Manuel, 21; Maria, 14; Francisca, 12; Josefa, 10; Antônio, 8; Antônia, 6 e Francisco, 4.

(10). — Arquivo do Estado. Maço 23-1-12.

Declarava estar com 67 anos de idade e d. Inês com 55.

Entretanto, nos mapas do ano de 1780, por êle próprio subscrito, dizia contar 82 anos e ser viúvo, havendo d. Inês falecido em 1779 aos 69 anos de idade.

Era homem abastado, senhor de engenhos e grande escravatura.

Pertencia à nobreza da vila, de que era um dos vultos mais notáveis.

Alcançado em anos e passando pelo dissabor de perder a dedicada espôsa, pouco tempo à ela sobreviveu, falecendo aos oitenta e dois anos de idade, no ano de 1780.

2.º). — *Manuel Lopes da Ressurreição*. — Com o desaparecimento de Julião de Moura Negrão, ao contrário do que geralmente ocorria, foi o posto de capitão-mor preenchido por Carta Patente de 25 de maio de 1784, pelo capitão de infantaria Auxiliar, Manuel Lopes da Ressurreição, também descendente de nobre estirpe e portador de brilhante fé de ofício nas Ordenanças da Vila.

Segundo uma anotação escrita à margem da Carta Patente, que lhe foi passada a 1.º de outubro de 1768, outra igual já lhe havia sido conferida, com a declaração de ter sido registrada no Livro 1.º a fls. 68, livro que não conseguimos encontrar. Nessa ocasião, porém, pedia fôsse a mesma substituída por outra em que se lhe fizesse menção dos serviços prestados, no que foi atendido, merecendo as anotações que vêm à margem.

Tratando-se do documento oficial, sôbre a pessoa do ilustre sebastianense, não nos furtamos ao prazer de transcrevê-lo na íntegra.

A este Cap.mor já se havia passado Pat. deste posto e vay reg.da no L. 1.º a fls. 68.

Porem não houve eff.to porq. requereio queria nova pat.e na q.l se fizesse menção dos serviços; assim concedeu S. Ex.a por desp.o de... 1765.

Patente a Manoel Lopes da ReSurreição do posto de Cap.m de Aux.es de pé da V.a de S. Sebastião.

Dom Luiz Antonio de Souza etc. Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem que attendendo a Ser S. Mag.e Servido ordenar-me por Carta de Vinte e Seis de Janr.o do anno de mil setecentos e sessenta e Cinco fizesse levantar Regimentos de Auxiliares nesta Capitania aSsim de pé como de cavallo, cujos officiaes terão a mesma graduaçam, que os q. servem nas Tropas, pagas de seus Reynos e como taes serão despachados com as mesmas honras; e attendendo tambem a acharem-se na pessoa de Manoel Lopes da ReSurreição todas as circunstancias, e Requesitos necessarios para occupar o posto de capitão de huma das Comp.as de Aux.es de pé por ter exercido o mesmo posto, em huma das Comp.as da ordenança da Villa de São Sebastião mais de treze annos por elleição daquella Camr.a, e debito com

Patente do Governador da Praça de Santos, e nelles se lhe incumbio por varias vezes a deligencia de Recrutar soldados, e prender desertores, de que deo inteira satisfação, como das mais deligencias, que por conta de sua promptidão se lhe encarregavão, sendo todas executadas a custa da Sua fazenda, tendo outro sim servido a S. Mag.e nos Cargos da Republica, como de Almotacés, vereador e Juiz Ordin.o, e orfãos com tanta inteireza, e limpeza de mãos que nunca foi comprehendido em Correições, Janeirinhas, ou outras quasquer devassas que ally se tirassem; Fazendo-se igualmente benemerito pelos Serviços de Seu Pay Domingos Lopes de Olvr.a o qual por Conta de Sua Capacid.e, vallor, intellig.a Servio por aclamação do Povo, e elleição da Camara o posto de Capitão por espaço de desoito annos, do qual foi depois confirmada pello Ill.mo Sr. Ayres da Saldanha General que foi do Rio de Janr.o por lhe ser então aquella V.a sugeita em cujo tempo por ser de Guerras, cuidou-se em fazer trincheiras, e fossos por não haver ally genero algum de fortificação para defender os desembarques que intentarão fazer os inimigos, assistindo com o seu dinhr.o para munições de boca, e guerra dos seus soldados, e fazendo a seu exemplo, que fossem constantes sobre as Armas emquanto as Embarcações inimigas ameaçavão o mayor perigo conservando-se ancorados, occupando ao mesmo tempo, e outras occasiões os Cargos da Republica, assistindo á Custa de sua Fazenda com hospedagem, e aposentadoria ao Sr. D. Pedro de Alm.da de Portugal Conde de AsSomar, e ao Snr. Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho quando por aquella V.a passarão vindo tomar posse do Governo desta Capitania e das Minas como naq.le tempo Sucedia fazendo sequestro em huma Sumaca vinda do R.o de Janr.o com escravos furtados aos Reaes Direitos, que fez remeter para aquella Cidade, a beneficio e augmento da Fazenda Real, sendo ultimamente mandado pelo Snr. D. Luiz Mascarenhas General que foi desta Capitania, e porque foi provido em Tenente Coronel daquellas ordenanças á V.a de Ubatuba, acompanhado de bastantes soldados pagos, e paisanos a prender vinte e sete desertores da Praça, que por lá se achavão occultos, o que executou felizmente remetendo-os, para esta dita Praça, e por não assistir a Fazenda Real com couza alguma para sustentação da gente, que o acompanhou nesta diligencia o fez elle á sua custa, o que tudo o referido consta das Pat.es, e Certidões, que o d.to Manoel Lopes da Ressurreição apresentou nesta Secretaria de Gov.o pelas quais razoens se constitue elle merecedor do referido posto de Capitão, e por esperar da Sua pessoa, q. em tudo o de que foi encarregado

do Real Serviço Se haverá como se deve esperar do seu distinto procedimento:

Hey por bem nomear, e prover como por esta ordem me ha concedido para o fazer ao dito Manoel Lopes da Ressurreição no posto de Capitão de Aux.es de pé da V.a de S. Sebastião o qual posto servirá em quanto eu o houver por bem ou S. Mag.e a quem deve requerer confirmação pelo seu Conselho Ultramarino, não mandar o contrario, e gozará de todas as honras, graças, privilegios, liberdades, menções, e franquezas, que em rasam delle lhe pertencerem, e haverá posse, e juramento na forma que S. Mag.e determina nas Suas Reaes Ordens, de que se fará assento nas costas desta Carta Patente.

E ordeno a todos os cabos de Guerra, milicia, e justiça conheção, e hajão ao dito Manoel Lopes da Ressurreição por Capitão da referida Comp.a e como tal o honrem, e o estimem e aos seus subalternos, e solda.os della ordeno tambem que em tudo lhe obedeção, e cumprão suas ordens por escripto, e de palavra como devem, e são obrigados no que tocar ao Real Serviço.

E por firmeza de tudo lhe mando passar a presente por mim assignada e sellada com o sinete de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contém, e se Registrará nos livros da Secretaria deste Governo e mais partes a que tocar, e se passou por duas vias.

Dada nesta Cidade de S. Paulo, Pedro Martins Coimbra a fez ao primr.o de 8bro de 1768/

Thomaz Pinto da Silva Secretr.o do Gov.o a fez escrever // Luiz Antonio de Souza // (11).

De capitão de Infantaria Auxiliar, cujo posto vinha ocupando desde 1768, passou Manuel Lopes da Ressurreição ao de Capitão-mor, em substituição ao falecido, mesmo sem haver sido sargento-mor (12).

Era natural de São Sebastião, homem abastado, também senhor de engenhos e de numerosos escravos.

Casara-se com d. Ana Josefa Barbosa, filha de d. Inácia Gomes (neta do capitão-mor Julião de Moura Negrão) e do sargento-mor Manuel Dias Barbosa, de cujo consórcio encontramos dois filhos: Manuel de Sant'Ana Lopes, casado com d. Engrácia Maria de Toledo Ribas, oficial das Ordenanças e de d. Maria Caetana que presumimos ter sido a filha do capitão Eloi de Moura Negrão. de igual nome.

(11). — Sesmarias, Patentes, Provisões. 1768-1771, vol. 18, pg. 32v.

(12). — Arquivo do Estado. Livro 22, Patentes, pg. 74v.

Faleceu a 30 de novembro de 1808 na avançada idade de 87 anos (13) sendo substituído no govêrno da vila por Manuel C. de Mesquita, que por Patente de 11 de outubro de 1782 occupava o posto de sargento-mor (14).

3.º). — *Manuel Corrêa de Mesquita*. — Que, por falecimento do sargento-mor Clemente Paes Pereira, havia sido provido nesse posto por Patente de 11 de outubro de 1782, não havendo solicitado confirmação da mesma, sòmente em 23 de outubro de 1804 por nova indicação da Câmara da Vila foi confirmado no referido posto, que vinha então exercendo, até que, por falecimento do capitão-mor Manuel Lopes da Ressurreição, foi escolhido para substituí-lo, o que se verificou por Patente de 24 de julho de 1809, exercendo o dito cargo até o ano de 1813, quando faleceu no dia onze com a idade de setenta e nove anos.

Como os seus antecessores, era homem de grandes recursos e senhor de engenhos. Além de numerosa escravatura, que attingia a oitenta e sete pessoas, habitavam em sua companhia sete agregados.

Era natural de Sever, Bispado do Pôrto e casado com D. Teolinda Ribeiro de Escobar.

Paes Leme, em sua monumental *Genealogia Paulistana*, referindo-se à família Ribeiro de Escobar (Vol. I, página 452) diz que do consórcio de Antônio Ribeiro de Escobar com d. Maria de Oliveira, nasceram 11 filhos, assinalando o nome apenas de dez e omitindo o da última filha, que, diz êle,

“casou-se em São Sebastião com o sargento-mór Manuel Corrêa de Mesquita”.

Nos mapas de população verificamos êste fato, aliás interessante: nos primeiros aparece-nos o sargento-mor casado com Isidora Ribeiro, para logo depois, surgir o de Teolinda Ribeiro de Escobar. Entretanto, confrontando as idades, quer de uma, quer de outra, são elas perfeitamente iguais, o que nos leva a concluir tratar-se da mesma pessoa, por que, nos referidos mapas, não consta ter êle ficado em estado de viuvez.

Dêsse consórcio, que descobrimos, existiam no ano de 1780, dois filhos: Manuel, com treze anos e Ana que então contava apenas nove, e que depois se consorciou com o capitão João José da Silva Costa, natural de Tibosa e mais tarde também capitão-mor da mesma vila.

Não tiveram outros filhos.

(13). — Maço 23-2-70 e 71.

(14). — Livro 33, fls. 55.

D. Ana casou-se em São Sebastião e Manuel seguiu a carreira eclesiástica, sendo que no ano de 1792 cursava ainda as aulas de Filosofia em São Paulo.

Em 1805 vamos encontrá-lo em São Sebastião, senhor de engenhos, com 76 escravos, produzindo 500 arrôbas de açúcar, 5 pipas de aguardente, 400 alqueires de farinha, 100 alqueires de arroz e 40 de feijão.

O Capitão-mor Manuel Corrêa de Mesquita faleceu em dezembro de 1813, sendo substituído por seu genro João José da Silva Costa.

4.º). — *João José da Silva Costa*. — Ingressando numa das Companhias de Ordenanças da mesma vila, já em 1789 ocupava João José da Silva Costa o posto de capitão de milícias.

Por falecimento do capitão-mor Manuel Corrêa de Mesquita, no ano de 1813, foi êle promovido ao mesmo posto por proposta da Câmara, aceita pelos Governadores interinos e Patente de 8 de fevereiro de 1814, a qual foi confirmada pelo Príncipe Regente em 5 de maio do mesmo ano.

Natural de Tibosa, Arcebispado de Braga, veio muito moço ainda para o Brasil, localizando-se em São Sebastião, onde contraiu núpcias com d. Ana Luisa de Mesquita, filha do seu antecessor, de cujo consórcio, que descobrimos, tiveram os seguintes filhos: João Corrêa de Mesquita e Manuel Corrêa de Mesquita, que foram capitães das Ordenanças, Ladislau, Joaquim, Rosa, Joana e Gertrudes.

Era homem de recursos, também senhor de engenhos, residindo em sua grande propriedade de Toque-toque, onde, em 1814, além do casal, filhos e agregados, se contavam ainda entre escravos e filhos dos mesmos, 145 pessoas.

Nesse ano produzia sua fazenda 1.600 arrôbas de açúcar e 17 pipas de aguardente além de cereais, consumindo sua casa mais de 700 alqueires de farinha.

Reformou-se por Decreto de 22 de julho de 1823.

5.º). — *José de Matos Abreu*. — Pela reforma do precedente, José de Matos Abreu, que desde 22 de fevereiro de 1819 vinha ocupando o posto de capitão do mesmo Corpo, passou a substituí-lo, antes interinamente, até que, sendo proposto em primeiro lugar pelo Ouvidor da Comarca e pela Câmara, foi finalmente nomeado por Patente de 8 de outubro de 1827 para o cargo de Capitão-mor das Ordenanças da Vila.

Contava 53 anos de idade e residia no bairro de Massaguassú.

Era natural de Amares, Arcebispado de Braga, e casado com d. Maria Antônia dos Santos, natural de Santos.

MAPPA ESTATISTICO DAS FABRICAS DE FUMO, EXISTENTES
NA VILLA, E DISTRICTO DE SÃO SEBASTIÃO.

Fabricas de fumo	Lugares das dittas	N.ºs	Quando estabelecidas	Augmento ou decadencia	Causas da decadencia	Valor das Fabricas	Descripção das fornhalhas	Natureza do combustivel	Processo ou natureza de fazer o fumo	Preços das materias primas	Se são produzidas no districto ou fora	Preço da mão de obra	Seu producto, e n.º de arrobas que faz cada fabrica annualmente	Sua extracção e para onde	Tempo proprio para o trabalho	N.º dos individuos de cada fabrica		
																Livres	Escravos	
No Quilombo		4	à 30 annos														8	12
Toqueteque Grande		3	16														5	3
Toqueteque Pequeno		2	16														4	4
Calheta		1	16														2	2
Rio Claro		1	6														2	12
Caraguatatuba		3	5		0	0	0			0							7	8
Inhanquára		1	4														1	3
Pedra da Onça		1	3														1	7
Barra do Juqueriquerê		1	2														2	1
Bananal		1	1														1	7
SOMMA		18															32	59

Quartel do Governo das Villas de S. Seb.am e Bella da Princeza — 14 de Fevr.o de 1827.

Nota: "Fumo para cangica" — era uma especialidade, que, reduzido a pó servia como rapé. Vide Relatório da Provincia de São Paulo, 1887, página 526.

Lopo da Cunha d'Eça e Costa
Ten. Cel. Gov.or de S. Seb.am

Dêse consórcio, que descobrmos, tiveram os seguintes filhos: Manuel, Ladislau, José, Francisco, Antônio, Maria, Gertrudes, Teresa e Ana.

Foi o último Capitão-mor da vila de São Sebastião.

*
* * *

OFICIALIDADE DAS ORDENANÇAS DA VILA DE SÃO SEBASTIÃO.

De uma relação do

“primeiro Terso de Infantaria Auxiliar da Marinha de Santos, formado de dez Companhias de sessenta praças cada uma”,

(agosto de 1777), verifica-se ter sido a vila de São Sebastião sede da 5a. e 5a. Companhias, que constituíam a 1.a e 2a., da referida vila, sendo a primeira composta dos seguintes oficiais (15):

1a. Companhia

Capitão Manuel Alves de Moraes
Tenente Diogo de Escovar Ortiz
Alferes Manuel Paes Pereira

2a. Companhia

Capitão Sebastião Fernandes de Oliveira
Tenente Matias Soares Novais
Alferes José Ramos de Andrade

Dos livros de Patentes existentes no Arquivo do Estado, extraímos a relação seguinte:

Paulo Gomes	Capitão das Ord. . .	16- 2-1722	1	22
João Nunes de Freitas ...	Sargento-mor	28-10-1727	4	17
Tomé Gomes Marzagão ...	Capitão da Ord. ...	13- 1-1728	4	22
André Corrêa Velho	Cap. das Barras ..	1- 3-1728	4	29
José Rodrigues de Abreu ..	Ajudante das Ord. .	2- 1-1731	4	155
Salvador Homem Coutinho .	Capitão da Ord. ...	30- 1-1731	4	156
João de Moura Negrão	Cap. Inf. das Ord. .	18- 8-1733	5	138
João dos Santos Guerra Maia	Tenente das Ord. .	12-12-1733	5	186
Diogo Aires de Araújo	Cap. Inf. das Ord. .	8- 8-1733	5	138
Julião de Moura Negrão ..	Cap. das Ord. ...	8- 8-1733	5	137v
Manuel Alvares de Moraes .	Sarg.to-mór das Ord.	22- 5-1733	5	108
Manuel da Rosa	Capm. das Barras .	28- 8-1734	6	29v
João dos Santos Guerra ...	Tn.te de Inf. Ord. .	15- 1-1735	6	46
José da Costa Barreiros ...	Tenente das Ord. .	11-10-1736	6	160
Domingos Lopes de Oliveira	Tenente das Ord. .	27- 3-1739	9	95
Duarte Gomes Marzagão ..	Patente de Cap.m .	24- 3-1739	9	96
Julião de Moura Negrão ..	Sargento-mór	27- 3-1739	9	96
José Pinheiro Homem	Patente de Alferes .	27- 3-1739	9	98

(15). — Mais tarde foram criadas novas Companhias, aumentando então o número de oficiais e praças.

Domingos Gomes Marzagão .	Pat. de Alferes ...	27- 3-1739	9	98
José de Almeida Leme ...	Pat. de Capitão ...	26- 3-1746	12	70v
Domingos Gomes Marzagão ...	Pat. de Capitão ...	22- 8-1743	12	84v
Manuel Dias Barbosa	Tenente das Ord. ...	2- 9-1743	12	86
Tomaz da Costa Ribeiro ..	Capitão das Ord. ...	2- 9-1743	12	86
João da Silva Moreira Leite	Pat. de Tentente ..	20- 3-1745	12	166
Amaro Dias Leite da Mota .	Pat. de Alferes ...	20- 3-1745	12	166
Manuel Dias Barbosa	Pat. de Capitão ...	26- 3-1745	12	169
Amaro Alvares da Silva Cruz	Pat. de Tenente ...	30- 4-1745	12	171
João Correa Marzagão	Alferes das Ord. ...	3- 1-1746	13	9
Domingos Lopes de Oliveira	Tenente das Ord. ...	3- 1-1746	13	9v
Prudente Ayres de Aguirra	Alferes das Ord. ...	29-10-1765	15	20v
Jonas de Aguiar Daltra ...	Capitão	29-10-1765	15	19v
Diogo da Silva Bravo	Pat. de Alferes ...	4-11-1765	15	25v
Elias Miguej de Siqueira ..	Ajudante	23-11-1765	15	30
Bento Luis Pereira	Alferes	16- 2-1766	15	70
Manuel Alves de Moraes ...	Capitão	16- 2-1766	15	70v
Diogo de Escobar Ortiz ...	Tenente das Ord. ...	16- 2-1766	15	70
Julião de Moura Negrão ..	Tenente Auxiliar ..	16- 2-1766	15	72
Amaro Dias	Pat. de Alferes ...	16- 2-1766	15	73
Baltazar Alvares Machado .	Ajudante das Ord. .	17- 2-1766	15	78v
Manuel Paes Pereira	Ajud. Auxiliar	17- 2-1766	15	79
Amaro Alvares da Silva ..	Capitão	5- 1-1768	17	171
Clemente Paes Pereira	Sargento-mór	22- 2-1768		174
Manuel Pinheiro de Santa Anna	Alferes	30- 4-1768	17	181
Manuel Lopes da Ressurrei- cão	Pat. de Capitão ..	1-10-1768	18	34
João da Costa Ribeiro	Pat. de Capitão ..	19-11-1768	18	34
João Corrêa Marzagão	Alferes	7- 8-1769	18	3
Leonel Pires de Araújo ...	Alferes	24- 4-1769	18	66v
Julião de Moura Negrão ..	Patente de Alferes .	6- 8-1772	19	26
Antônio Pinheiro	Pat. de Alferes	29-11-1775	20	23
Manuel Paes Pereira	Alf. Auxiliar	13- 8-1776	20	109v
José Ramos de Andrade ..	Pat. de Alferes	13- 8-1776	20	114
Sebastião Fernandes de Oli- veira	Capitão	13- 8-1776	20	126
Matias Soares Novaes	Capitão	16- 2-1782	21	142v
Manuel Paes Pereira	Tenente	16- 2-1782	21	143
José Inácio Barbosa	Alferes	16- 2-1782	21	143v
José da Silva Veiga	Alferes	16- 2-1782	21	144v
Manuel Corrêa de Mesquita	Sargento-mór	12-10-1782	22	31v
Francisco Soares Viana ...	Tent.e Agregado ..	19- 1-1784	25	167v
Manuel Lopes da Ressurrei- cão	Capitão-mór	25- 5-1784	22	74v
Antônio Luis de Freitas ..	Alferes	12- 6-1784	22	77
João Corrêa Marzagão	Capitão	20-10-1784	22	83
Manuel de Sant'anna Lopes	Capitão	6-10-1784	22	85v
Francisco Ribeiro de Esco- bar	Ajudante das Ord. .	23-12-1784	22	87
Antônio Bicudo de Almeida	Tenente	11- 3-1786	22	145
João José da Silva Costa .	Pat. de Capitão ...	13-12-1788	25	34v
Gabriel da Silva Ferreira .	Pat. de Capitão ...	4- 5-1789	25	46v

Manuel Martins	Cap.m dos Forasteiros	19-12-1789	25	61v
Benedito José de Oliveira .	Pat. de Alferes ...	7- 4-1790	25	69v
José Jacinto do Rego	Alferes	29- 4-1790	25	71v
Manuel Gonçalves	Pat. de Alferes ...	12- 6-1790	25	72
José Garcia da Silveira ...	Pat. de Alferes ...	27- 7-1790	25	74
Joaquim José Pereira	Ajudante	15- 1-1791	25	86v
José Marques Pereira	Cap.m Agregado ..	18-10-1791	25	102v
João Nunes de Freitas	Tnt.e de Infantaria	10- 9-1792	25	124
Domingos de Freitas	Cap.m de Infantaria	27- 4-1793	25	136v
José Ramos de Andrade ...	Cap.m Agregado ..	2- 9-1793	25	145
Francisco Ribeiro de Escobar	Tenente de Inf. ...	1-10-1793	25	150
Julião de Moura Negrão ..	Capitão	26-10-1793	25	155v
Luis Antônio Ribas	Ajudante	24- 4-1794	25	189v
Simplicio Alves da Cruz ...	Alferes das Ord. ...	22- 4-1794	25	190v
José Pereira da Silva	Capitão	4-11-1794	26	33
João Batista Gonçalves Viela	Alferes	15-11-1794	26	38
Antônio José Alves Ferreira	Capitão	22- 1-1795	26	58
José Alvares Moreira	Cap.m de Inf.	19- 2-1795	26	65v
Francisco Corrêa Pacheco	Alferes	15- 5-1795	26	74
Manuel Serafim da Ressurreição	Tenente	12-12-1795	26	15v
João Batista Gonçalves Viela	Capitão	5- 1-1798	29	68
Antônio Inácio de Mesquita	Capitão	16- 5-1798	29	157v
José Pacheco do Nascimento	Tenente	22- 3-1802	31	2v
José Matos de Abreu	Ajudante	16- 6-1803	32	23
José Jacinto do Rego	Ajudante	18- 6-1803	32	24
Alexandre Pacheco Soares	Capitão	20-10-1803	32	34
José Jacinto do Rego	Capitão	20-10-1803	32	34v
José de Oliveira Prêto ...	Alferes	18-10-1803	32	35
Manuel Fernandes de Oliveira	Ajudante	1-12-1803	32	39v
Manuel de Sant'Ana Lopes .	Capitão	19- 1-1804	32	47v
Manuel Corrêa de Mesquita	Sargento-mór	17- 1-1804	32	46v
José da Silva Pôrto	Alferes	14- 5-1806	32	183
Francisco Corrêa da Silveira	Alferes	16-10-1806	32	227
Simplicio Alves da Cruz ..	Capitão das Ord. ...	29-10-1806	32	248v
João Alvares da Cruz	Alferes	5- 8-1807	32	266v
Antônio J. de Azevedo Pereira	Capitão	17- 2-1807	32	271
Joaquim Borges de Sampaio	Pat. de Capitão ...	16- 4-1807	32	280
Manuel Corrêa de Mesquita	Capitão-mór	7- 3-1809	33	75v
Bento Francisco Vaz Carvalhoes	Sargento-mór	31-10-1809	34	96v
Antônio Inácio de Mesquita	C.te do Forte	28-11-1810	36	49
Francisco Inácio Moreira .	Sarg.to das Ord. ...	26-11-1810	37	3
João Corrêa Marzagão	Capitão	28-11-1810	37	4
José Alvares da Cruz	Alferes	28-11-1810	37	5
Barnabé Francisco Vaz ...	Alferes	28-11-1810	37	5v
João Corrêa Marzagão	Capitão (Confirmação da Pat.) ..	19-10-1811	36	92

Salvador Fernandes Vianna	Alferes	27- 9-1813	36	104
João José da Silva Costa ..	Capitão-mór	8- 2-1814	35	121
João José da Silva Costa ..	(Confirmação da Patente)	13- 9-1814	35	262
Manuel Corrêa de Mesquita	Capitão das Odr. ..	20- 1-1819	40	155
João Álvares da Silva Cruz	Capitão Ajudante ..	6- 2-1819	40	179
Francisco Inácio Moreira .	Capitão Ajudante ..	18- 3-1819	35	179
João da Silva Arouca	Alf. da Barra do Sul	18- 3-1819	40	209
Antônio Luis de Freitas .	Alf. das Ord.	5- 8-1819	41	8
João da Silva Arouca	Pat. de Alferes ...	5-11-1819	41	82
Lino José Pereira	Pat. de Alferes ...	3- 7-1820	41	80v
Mateus José Bittancourt ...	Pat. de Alferes ...	2- 7-1820	41	81
Francisco J. Barbosa Arouca	Pat. de Alferes ...	3- 7-1820	41	81v
Manuel Serafim da Ressur- reição	Capitão das Ord. ..	23-10-1820	41	181v
José Martins do Vale	Alf. das Ord	18-12-1820	41	124v
Antônio Luis de Freitas ..	Alf. da 5a. Comp. .	17- 3-1821	41	209v
José Bernardes Marvão ...	Pat. de Ajudante ..	30- 8-1821	42	15

(*Continua no próximo número*).

ANTÔNIO PAULINO DE ALMEIDA

da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.